

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM OLHAR PARA O QUE DELE TRANSBORDA

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar a construção e a visão docente e empresarial da educação profissional brasileira em âmbitos público e privado, tendo como campus de análise duas escolas de ensino profissionalizante públicas do estado do Paraná e estudos realizados na clientela que procura formação profissional no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Procuramos também fazer um paralelo entre a educação profissional ofertada pela Escola Técnica e a que hoje se vislumbra em nossa realidade embasada pela pedagogia histórico-crítica e como os docentes que atuam frente a essa modalidade constroem e vislumbram o futuro da educação profissional no país.

Palavras-chave: Educação Profissional – Perspectivas – Realidade

ABSTRACT

This article presents the construction business and the vision of teaching and Brazilian professional education in public and private spheres, with the campus review two schools of public vocational education in the state of Paraná and studies from customers seeking training in the National Industrial Training - SENAI. We also sought to draw a parallel between the professional education offered by the School Technician and sees what is now our reality based on the historical-critical pedagogy and how teachers who work against this type build and see the future of professional education in the country.

Key words: Professional Education - Prospects - Reality

INTRODUÇÃO

A formação profissional de jovens e adultos tornou-se uma preocupação iminente em nosso país nos últimos anos, tanto para o Estado como para a iniciativa privada, pois percebeu-se o abismo que havia entre a oferta de postos de trabalho e a real e efetiva capacitação daqueles que se empenhavam em assumir os mesmos.

Com o surgimento dessa inquietação, a escola surge como resposta ágil e versátil para a solução do ensino e aprendizagem dentro de cursos que possuem como objetivo final a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado vigente.

Diante desse cenário, as reformas dos ensinos médio e profissional objetivam adequá-los a uma nova realidade na qual o domínio do “conhecimento” e a capacidade de competição são fatores fundamentais para a competitividade econômica de uma nação. Nesse sentido, a necessidade da educação contribuir para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento sustentável é evidente, o que só pode ser possível estabelecendo-se mecanismos de aumento do nível de escolarização da população.

Podemos afirmar sem culpa alguma de sermos levianos que o Brasil vive um caos na educação do Ensino Médio, consequência de mais de uma década de políticas educacionais equivocadas. A herança dessa conturbada experiência são alunos filhos das correções de fluxo aplicadas nos anos 90, com o objetivo de diminuir a repetência para que os alunos estudassem na série considerada adequada para a idade. Ou seja, corrigiu-se o problema, mas sem medidas pedagógicas apropriadas, o que não privilegiou a construção do conhecimento.

Assim, para esses alunos, e não só para eles, mas para muitos outros que não veem mais expectativas no vazio Ensino Médio, a melhor alternativa, praticamente a única projeção de futuro, são os cursos profissionalizantes, cursos técnicos ou outro tipo de formação voltada diretamente para o mercado trabalho. Tais opções representam, portanto, uma forma de integrar estudantes e sociedade em uma mesma perspectiva proativa, propiciando a esses indivíduos autoestima e saúde psicológica, advindas, também, da sua integração à sociedade produtiva.

Mas uma questão não quer calar: como esses cursos estão se saindo dentro e fora dos muros das instituições que os ofertam?

Uma formação diferenciada do professor, um diálogo constante com os jovens e ouvidos muitos atentos às necessidades do mercado são aspectos que devem ser considerados pelos tomadores de decisões na esfera da política educacional, uma vez

que, enquanto quase 100% das crianças entre 7 e 14 anos estão na escola, apenas 40% dos adolescentes estão cursando o Ensino Médio. Valorizar o ensino profissionalizante é, pois, valorizar um caminho rápido de integração dos jovens ao mercado de trabalho e à sociedade, mas será que isso está acontecendo?

DESENVOLVIMENTO

Fundamentação Teórica

Faz-se iminente iniciar nossos estudos sobre os cursos profissionalizantes fazendo uma (re) leitura de uma época em que o Brasil já percorreria o caminho da profissionalização por meio da educação.

Historicamente, precisamos fazer menção à Escola Técnica. A pedagogia técnica aparece nos Estados Unidos na segunda metade do século XX e é introduzida no Brasil entre 1960 e 1970, onde proliferou o que se chamou de “tecnicismo educacional”, inspirado nas teorias behavioristas da aprendizagem e da abordagem sistêmica do ensino, buscando adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica”.

Esta educação atua no aperfeiçoamento do sistema capitalista que é ordem social vigente, articulando-se diretamente com o sistema produtivo cujo interesse é produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, onde é valorizada, nesta perspectiva a tecnologia.

A prática escolar nessa pedagogia tem como função especial adequar o sistema educacional com a proposta econômica e política do regime militar, preparando, dessa forma, mão-de-obra para ser aproveitada pelo mercado de trabalho. É nesse período que o espírito crítico e reflexivo é banido das escolas. Para esta tendência, o ensino é um processo de condicionamento através do uso de reforço das respostas que se quer obter, sendo o conteúdo as informações objetivas que possam proporcionar, ao fim do processo, a adequada adaptação do indivíduo ao trabalho.

Qual seria, nesse sentido, a diferença para a proposta dos cursos profissionalizantes na contemporaneidade?

Os cursos profissionalizantes hoje, principalmente no Estado do Paraná segue como linha de atuação a pedagogia histórico-crítica que, como veremos mais adiante, traz para a formação profissional o pensamento crítico e reflexivo sobre o papel de cada um

no processo de trabalho.

A partir de 2003 o Paraná concebeu a educação profissional como política pública materializada no Plano Estadual de Educação (SEED, 2004) e em processo de implementação/desenvolvimento/consolidação em todo o estado, compromissada com a construção e avanço da democracia social de acordo com os textos elaborados pela SEED. Estes sintetizaram o projeto de educação profissional como um processo de humanização e socialização para a participação na vida social e, ao mesmo tempo, de qualificação para o trabalho, mediado pela apropriação e construção de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos. O trabalho como princípio educativo na sua dimensão histórico-ontológica configurou-se, sobretudo, como um princípio ético-político.

Os cursos profissionalizantes passam a trazer em seu cerne a identidade de escola unitária que é uma proposta de Gramsci de formação humana tanto para as atividades intelectuais como para as instrumentais, sob as bases de uma cultura geral formativa de caráter teórico-prático. Segundo Gramsci (1968, p. 118):

“a escola de cultura geral deveria propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a certa autonomia na orientação e na iniciativa”.

Entendendo a educação profissional como uma esfera educacional complexa, síntese das inúmeras relações contraditórias entre trabalho, capital e educação, parte desta totalidade representa a perspectiva metodológica que reflete a concepção que os docentes possuem acerca da construção do conhecimento e das finalidades da educação profissional. Filosofia, didática e epistemologia integram-se neste momento. Segundo Rays (2006, p. 97) o método deve ser visto como “processo ordenado dialeticamente e uma integração, também dialética entre pensamento, ação e reação”.

Os fundamentos políticos e pedagógicos para a educação profissional (SEED, 2005) concebem o processo de conhecimento ultrapassando a relação individual homem/conhecimento e incorporando as múltiplas relações do trabalho coletivo. O ato de conhecer, inicialmente teórico, parte do pensamento sobre a realidade e, ao passar à dimensão empírica estabelece a relação teoria/prática, que se consubstancia em um importante princípio metodológico.

A relação parte/totalidade permite ao aluno o acesso a formas superiores de compreensão da realidade, pois para se conhecer uma totalidade é necessário relacioná-la à parte (os fatos) mediada pela história. Segundo Kuenzer (SEED, 2005, p.41) parte e totalidade, análise e síntese constituem-se em momentos entrelaçados do conhecimento.

A dialética, como teoria do movimento da realidade, possui uma lógica concreta, baseada na prática-teoria-prática.

Na busca de um caminho epistemológico, Marx formula com Engels a partir das teses fundamentais do materialismo histórico, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. Segundo Marx (1986, p.40),

“Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pôde ser outra do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.”

É possível, até então, perceber que a educação profissionalizante tem como objetivo a formação integral do estudante, ou como diria Frigotto, 2008, p.76.

O ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida. Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte.

Neste contexto, o pressuposto pedagógico que alinha o ensino médio com a ideia de uma organização curricular integrada tem o trabalho como princípio educativo. E tomar o trabalho à luz desse pressuposto significa mais do que simplesmente atender ao “mercado de trabalho”, numa visão simplista e imediatista. Significa tomar a categoria trabalho como atividade humana, enquanto homem que toma a natureza, que dela se apropria e sobre ela constrói, desconstrói e reconstrói o seu entorno.

Segundo KUENZER (1997 p. 26-27)

O saber é produzido no interior das relações sociais em seu conjunto: é uma produção coletiva dos homens em sua atividade real, enquanto produzem as condições necessárias à sua existência através das relações que estabelecem com a natureza, com outros homens e consigo mesmo. O ponto de partida para a produção do conhecimento, portanto, são os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho.

A retomada da oferta da Educação Profissional estava, de certa forma, consolidada e também foi assumida a oferta de cursos na forma subsequente, justificada pelo déficit de escolaridade técnica profissionalizante. Assim, a realidade da oferta dessa modalidade de ensino foi, e continuou sendo, até 2010, a da existência de propostas curriculares diferenciadas em sua estrutura e forma, mas unificadas pela mesma concepção educacional, tendo no trabalho como princípio educativo o seu ponto de convergência, de acordo com a política estabelecida nos dois períodos do governo Requião, de 2003 a

2010.

O documento Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional – SEED, publicado em 2005, traz a concepção assumida, de reafirmação dos princípios constantes no Decreto 5.154/04, quais sejam, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, base sobre a qual o conhecimento e o currículo deveriam estar ancorados, na perspectiva de uma educação que tem no trabalho o seu princípio educativo e na formação politécnica o horizonte para a formação unilateral dos sujeitos, concepção válida para todos os cursos profissionalizantes, independente da forma de sua organização.

Seguindo essa linha de pensamento, o assumir o sentido da concepção na perspectiva da integração entre ensino e trabalho, tal como consta no documento base que expressa a sua política, significa assumir o que a SEED, 2005, p.11 explicita.

[...] o compromisso com uma política de educação profissional em que o trabalho deve ser compreendido como princípio educativo no sentido da politécnica ou da educação tecnológica, sustentado pelos conceitos de trabalho, de cultura, de ciência e de tecnologia. O trabalho compreendido como fundamento unificador da educação como prática social; a ciência como disponibilizadora dos conhecimentos produzidos e legitimados socialmente e fundamento da técnica e da tecnologia; a cultura como categoria que sintetiza as diferentes formas de criação existentes na sociedade, através de seus símbolos, representações e significados... o princípio educativo do trabalho, aprofundado nesses fundamentos, considera o homem em sua totalidade histórica e, desta forma, a indissociabilidade entre trabalho manual e intelectual, levando em conta os limites e contradições daí decorrentes, os quais, com certeza, influenciam os processos de formação humana no e para o trabalho, num tempo e espaço determinados.

As dificuldades de avanço da unitariedade no Paraná estão sendo desvendadas na medida em que se constata o percurso histórico dessas propostas e seus resultados. Por outro lado à aproximação aos princípios da unitariedade e da politécnica tem sido conquistas históricas, permeadas por intervalos periódicos e capitaneadas a partir do campo político pedagógico, encontrando-se ainda a carência de estudos que possam melhor dimensionar a sua efetivação na prática escolar.

Educação Profissional: um recorte docente

Um dos objetivos desse artigo é uma investigação qualitativa, ou seja, verificar em campo como a educação profissional é vivenciada pelos docentes que atuam junto a esses cursos em escola que possuem a sua oferta em suas grades curriculares.

Nesse sentido, foi realizada junto a vinte professores de duas escolas públicas que

ofertam cursos profissionalizantes na região do município de Londrina para verificar as dificuldades e o retorno dos cursos por elas ofertados.

A seleção de tais docentes procurou atender aos seguintes critérios:

- professores de ambos os sexos. Foram 11 professores e 9 professoras;
- professores com mais e menos tempo de magistério. Nossa intenção inicial era abranger professores em todas as fases do magistério, ouvindo igualmente professores em início, meio e final da carreira docente. O tempo de magistério dos sujeitos da nossa pesquisa variou entre 2 e 24 anos de docência;
- professores das diversas redes de ensino. Nossos entrevistados lecionavam em escolas da rede pública estadual.

Conforme já aponta a literatura, Nóvoa (1992), Gatti (1996), Dubar (1997), ficou patente durante o desenvolvimento da pesquisa que a história de vida dos entrevistados influencia na concepção que eles têm sobre educação e, no nosso caso, mais especificamente sobre educação profissional.

Para melhor contextualizarmos o pensamento de nossos entrevistados em relação à função social da educação profissional, adotamos como pano de fundo do nosso referencial teórico os conceitos que a área acadêmica associa às expressões “educação técnica” e “educação tecnológica”. A literatura aponta que os significados desses termos implicam a presença de fortes concepções relacionadas a orientações político-pedagógicas subjacentes a distintos modelos de formação. Era nosso intuito descobrir se no caso de nossos entrevistados e de suas respectivas instituições de ensino qual das duas linhas teóricas era adotada uma vez que a primeira, citando Oliveira (2000, p. 41) se aproxima o conceito de formação técnica “aos processos de treinamento do trabalhador no mero domínio das técnicas de execução de atividades e tarefas, no setor produtivo e de serviços”. Já a segunda, por sua vez, estaria associada a uma concepção ampla e universal de formação, buscando o desenvolvimento integral do trabalhador, priorizando a formação de uma consciência crítica, o domínio de princípios científicos e tecnológicos, o desenvolvimento das habilidades socioafetivas, cognitivas e éticas.

Qual seria, diante do exposto pela literatura a visão que os professores têm e, em consequência, forjam nos cursos profissionalizantes de nossa contemporaneidade? Não foi preciso prolongar-se em nossas conversas para percebermos que ainda falta um caminho a ser trilhado para que a educação profissional seja vista como educação tecnológica. Os professores possuem uma visão que ultrapassa a educação técnica, mas não alcançam ainda todos os aspectos de uma educação tecnológica. A visão que esses

profissionais têm da educação profissionalizante é dicotomizada: de um lado ainda prevalece a tendência de formação para o mercado de trabalho apenas, a transmissão de conhecimentos práticos apenas, contudo, por outro lado, é possível perceber que falam em formar o aluno para atender às demandas do mundo do trabalho, nossos entrevistados também valorizam questões como: saber pensar, construir atitudes, trabalhar a curiosidade, nortear a vida do aluno e trabalhar a auto-suficiência do aluno. Tais aspectos, além de extrapolarem o conceito de educação técnica, ainda ultrapassam a formação direcionada apenas para o mercado de trabalho, demonstrando que os professores também apresentam uma preocupação com uma formação mais ampla do aluno.

Quando questionados sobre o desempenho dos alunos, os professores se colocaram de forma bastante uniforme no que diz respeito às mudanças pelas quais esses indivíduos passam na vida social, familiar, escolar e profissional. Todos concordam que essas mudanças vêm ocorrendo de forma desigual e muito rápida, trazendo um excesso de informações que causam nos indivíduos sentimentos de impotência, despreparo, urgência, insegurança e perplexidade. Por serem mudanças muito bruscas e aceleradas, não têm possibilitado tempo de assimilação para aceitação ou recusa desses novos valores impostos pela sociedade. Os professores entrevistados concordam também que tais mudanças afetam diretamente o desenvolvimento dos alunos durante o percurso escolar.

Para os entrevistados que acreditam que as reformulações têm um caráter positivo, ao desvincularem a educação profissional do ensino médio, os alunos têm garantido uma base de formação geral, sólida, que possibilita o exercício da cidadania, do pensamento crítico. Abandona-se o princípio de formação que tinha como concepção uma visão tecnicista unicamente instrumental, para uma concepção que visa à formação integral do homem, criando-se, finalmente, a possibilidade de relacionar a cultura à produção.

Para os professores que não acreditam nas reformulações, eles defendem o fato de que dentro dessa nova organização curricular, o aluno, para obter a certificação técnica, precisa cursar o ensino médio e a educação profissional, de forma concomitante ou sequencial, levando mais tempo para se formar. Mas nem todos os alunos estão em condições financeiras que lhes permitam apenas estudar, e muitos precisam colaborar com a renda familiar ou até sustentar suas famílias.

Há também alguns professores não são contra nem a favor das mudanças. Eles consideram que um curso completa o outro, respondendo às atuais exigências: uma

formação que garanta a flexibilidade profissional, menos específica e mais generalista.

SENAI: desvelando o caminho da profissionalização

De acordo com a pesquisa de Neri (2012), o número de brasileiros que frequentou cursos de educação profissional cresceu 83% entre maio de 2004 e setembro de 2010, revela estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), divulgada em fevereiro de 2012 na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os estudos mostram que os indivíduos oriundos da classe “C” são os que mais procuram pela formação profissional. A adesão da classe “C” aos cursos de educação profissional mostra que hoje o conhecimento é mais importante do que a compra de um carro e da adesão à TV a cabo. O estudo aponta que os jovens entre 15 e 19 anos, dessa camada da população fazem clara opção por carteira de trabalho e veem nesse tipo de formação uma alternativa de ascensão social, o que vem a ser um ponto altamente positivo no que se refere à formação de uma sociedade justa e igualitária como se preconiza a legislação nacional vigente.

Os estudos ressaltam, ainda, haver uma clara relação entre a crescente demanda por cursos de educação profissional e a ascensão da chamada nova classe média a partir de 2004, uma vez que aquele que faz um curso técnico tem 15% a mais de retorno de salário para toda a vida.

Contudo, nem tudo leva a um caminho repleto de sucesso na área da educação profissional também no setor privado. De acordo com estudos realizados pelo próprio SENAI, entre os que não frequentaram um curso de educação profissional, o que equivale a 77% da população, a grande maioria – 68,8% - não o fez por desinteresse, o que revela que muito há por se trilhar na conscientização profissional dos brasileiros.

O Brasil passa por uma mudança cultural também no mundo do emprego. E aumentar as oportunidades é fator crucial para o país crescer. Iniciativas como o Pronatec, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, tem papel fundamental para fazer essa ponte entre os alunos do ensino médio e os da educação profissional e estabelecer, nesse sentido, uma nova perspectiva profissional.

A pesquisa realizada por Neri (2012) mostra que entre 2011 e 2015 a indústria brasileira investirá US\$ 650 bilhões, o que vai exigir um grande contingente de mão de

obra qualificada e que 90% dos jovens que concluem o ensino médio não ingressam em curso de nível superior. Por isso, é iminente o incentivo de oportunidades e de informação a esses jovens sobre as diferentes formações técnicas – que não precisam de cursos de graduação.

O estudo revela também que alunos que frequentaram cursos de educação profissional dos níveis mais elevados têm mais possibilidade de encontrar emprego na sua área de formação. Tecnólogos (nível superior) e técnicos (nível médio) têm chances de 79,5% e 70,1%, respectivamente, de ingressar no mercado de trabalho na área de formação. Aqueles que frequentam cursos de curta duração – chamados de qualificação - têm chance média de 60,8% de trabalhar no segmento para o qual se preparou - ou seja, quase 10% de diferença em relação aos alunos dos cursos com maior nível de especialização. O estudo expõe ainda que os ex-alunos das três modalidades da educação profissional têm chances - entre 30,7% e 50,8% - de conseguir uma colocação profissional em áreas diferentes da sua de formação. A possibilidade aumenta proporcionalmente à duração do curso.

Diante de todo o exposto é possível vislumbrar um futuro bastante promissor na educação profissional desde que haja investimento qualitativo nos setores que fundamentam essa proposta de formação: qualificação dos professores, operacionalização dos cursos e acesso e permanência com qualidade daqueles que procuram por essa modalidade de ensino.

Considerações Finais

Ensinar é um processo complexo que exige mudanças significativas na realidade em que vivemos. Ensinar profissionalizando aqueles que estão sob nossos cuidados pedagógicos e instrumentais necessita de objetivos e metodologia bastante focada, pois estamos trabalhando com a formação de um indivíduo que fará uso dos conhecimentos adquiridos para o seu sustento e o dos seus. Nesse sentido é preciso estar atentos a um futuro que é bastante imprevisível e diante do qual eles precisam estar preparados.

O processo de mudança na educação não é uniforme nem fácil. Na educação, muda-se aos poucos, em todos os níveis e modalidades educacionais. Há uma grande desigualdade econômica, de acesso, de maturidade, de motivação das pessoas. Alguns estão preparados para a mudança, outros não. É difícil mudar padrões adquiridos

(gerenciais, atitudinais) das organizações, governos, dos profissionais e da sociedade.

Estamos vivendo uma etapa fascinante em que precisamos reorganizar tudo o que conhecíamos em novos moldes, formatos, propostas, desafios. A educação que formará profissional do futuro será pautada em valores morais, em compromisso com a verdade, com o futuro das pessoas que fazem parte de uma organização. Ela será formada por hábitos novos, de amor, ética, integridade, de conhecimento real daquilo que se propõe fazer e de autoconhecimento, permitindo ao homem moderno renovar-se intimamente para o bem de toda uma sociedade.

Referências

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.

FRIGOTTO, G. Projeto Societário, Ensino Médio Integrado e Educação Profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. In: PARANÁ. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual do Paraná. Curitiba, 2008.

GATTI, Bernadete. **Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade**. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 98, p. 85-90, ago. 1996.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KUENZER, A. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. Disponível em: <http://www.pde.pr.gov.br>.

KUENZER, A. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na Educação dos Trabalhadores. Disponível em: [http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Textos_ Vídeos](http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Textos_Vídeos).

KUENZER, A. Ensino de 2º Grau. **O trabalho como Princípio Educativo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

NERI, M.C. As Razões da Educação Profissional: Olhar da Demanda. Disponível em http://www.cps.fgv.br/cps/bd/senai_razoes/. Acesso em mai. 2012.

NÓVOA, António. **Os professores e as histórias da sua vida**. In: NÓVOA, António (Org.). Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA, Maria Rita N. S. Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE 03/98). **Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica.** *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 70, p. 40-62, abr. 2000.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Plano Estadual de Educação: uma construção coletiva. Estudos temáticos para o PEE – PR. Doc. 2 (Versão preliminar), 2004.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Educação Profissional na Rede Pública Estadual: Fundamentos Políticos e Pedagógicos (Versão preliminar), 2005.

RAYS, O. A. Metodologia do ensino: cultura do caminho contextualizado. In: Veiga, I. P. A. (Coord.). *Repensando a didática*. 23ª Ed. Campinas: São Paulo: Papirus, 2006.